

Assembléia dividida ao meio

Governador eleito tem metade da bancada distrital; Luiz Estevão promete oposição

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

A grande polarização que marcou as eleições para o governo do Distrito Federal (GDF) acabou refletida na nova composição da Câmara Legislativa. O governador eleito, o petista Cristóvam Buarque, contará exatamente com metade dos votos na Assembléia Distrital, ou seja, doze: são sete do PT, geralmente oriundos do sindicalismo, dois do PSDB, dois do PDT e um do PPS. A outra metade, quase toda com fortes ligações com o grupo político do atual governador Joaquim Roriz, do PP, deverá ficar na oposição. São sete do PP, um do PFL, um do PMDB, um do PTB, um do PL e um do PRN.

Ao iniciar sua segunda legislatura em janeiro próximo, a Assembléia Distrital, criada pela Constituição de 1988, tem tudo para deixar o simples papel de coadjuvante do Executivo, que marcou os seus primeiros quatro anos de atuação. O novo governador é o primeiro a garantir isso: "A Câmara Legislativa terá meu respeito total. De minha parte não existirá nenhuma interferência ou cooptação."

Do alto de seus mais de 46 mil votos, que lhe garantiram o posto de deputado distrital mais votado do DF, o empresá-

rio Luis Estevão, amigo do ex-presidente Fernando Collor e ligado ao grupo de Roriz, deve comandar a oposição ao governo petista. Ele avisa que não será uma oposição radical, mas adianta: "A Câmara deixará de ser meramente homologadora dos atos do governo".

O petebista Peniel Pacheco, eleito para seu segundo mandato, reconhece a fragilidade da Câmara em sua primeira legislatura: "Em alguns momentos, os deputados, que eram todos inexperientes, se renderam às vontades de Roriz". Ele próprio votou várias vezes com o governador e estava cotado para ser o líder do governo se o candidato que disputou o segundo turno com Cristóvam, o senador pelo PTB Valmir Campelo, tivesse sido eleito.

A influência do Palácio do Buriti sob a atuação da Câmara Legislativa ficou bem clara no início deste ano, quando a CPI do Orçamento — no auge de suas investigações no Congresso Nacional — acusou sete deputados distritais de terem recebido dinheiro de Roriz. As articulações do GDF falaram mais alto e a Assembléia Distrital acabou negando a instalação de uma CPI própria para investigar as contas do atual governador.

Presidência

O primeiro embate dentro da Assembléia Distrital entre os parlamentares governistas e da oposição, que assumirão seus mandatos a partir de janeiro, já começou. A luta é pela presidência da Câmara. Com uma das maiores bancadas da Casa, ao lado do PP, e ainda sob o embalo da vitória de Cristóvam sobre o afilhado político de Roriz, Valmir Campelo, o PT saiu na frente nessa corrida e já tem dois candidatos à vaga.

Já Geraldo Magela, formado politicamente no Sindicato dos Bancários, como atual presidente regional do PT vem ganhando espaço também fora do partido. Assim como Cristóvam, é um típico representante da ala petista mais moderada.

Também preparando-se para começar seu segundo mandato, Edimar Pirineus, do PP, é outro distrital que almeja a presidência da Câmara Legislativa. Ele defende o equilíbrio de poderes entre o Executivo e o Legislativo e argumenta que, como o PT já está com uma metade do bolo, seu partido deve

ficar com a outra. Embora este seja seu primeiro mandato político, Luiz Estevão também teria cacife para entrar na briga, mas há quem garanta que seus planos voam bem mais alto: disputar a sucessão de Cristóvam em 1998.

Candidata derrotada ao GDF pelo PSDB, a deputada Maria de Lourdes Abadia deixa a Assembléia Distrital a partir do próximo ano. Ela, no entanto, vem defendendo a eleição de um parlamentar até certo ponto neutro para o comando da Câmara Legislativa. O deputado Peniel Pacheco, neste caso, poderia entrar no páreo. Ele já disse que não fará oposição sistemática ao governo Cristóvam. Pelo contrário, promete dar um voto de confiança ao novo governador. Em seu currículo, favorece o fato de já ter-se rebelado contra Roriz em algumas situações, tem diálogo com o PT e pode ajudá-lo em votações difíceis.

Criada pela Assembléia Nacional Constituinte, a Câmara Legislativa atua

simultaneamente como assembléia estadual e Câmara de Vereadores. Durante os seus primeiros dois anos e meio de trabalhos elaborou a Lei Orgânica do DF. Além disso, aprovou cerca de 800 projetos de lei, entre os quais descatam-se os que legalizaram a situação das famílias que moram em Samambaia, o primeiro assentamento inaugurado por Roriz, e o acampamento da Telebrásilia.

Considerada pelos brasileiros muito mal localizada, a Câmara Legislativa está instalada no final da Asa Norte, onde distribui os 24 gabinetes de seus deputados e 1.011 funcionários, dos quais 364 são concursados, 440 ocupam funções de confiança e 207 foram requisitados de outros órgãos. Tem à sua disposição ainda uma Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica, que imprime mensalmente panfletos e jornais para os parlamentares e os exemplares do Diário da Assembléia Distrital.